

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Administração Direta
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

1 – Contexto Operacional

O Município do Rio de Janeiro é uma pessoa jurídica de direito público interno, fundada em 30/07/1975, com sede na Cidade do Rio de Janeiro à Rua São Clemente, 360 – Botafogo, inscrito no CNPJ sob o nº 42.498.733/0001-48.

A Administração Direta da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro compreende os órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 30 (trinta) Secretarias Municipais/Especiais, Gabinete do Prefeito, Vice Prefeitura, Procuradoria Geral do Município, Controladoria Geral do Município e 24 (vinte e quatro) Fundos Especiais, e do Poder Legislativo Composto Pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ), Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (FECMRJ) e pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRio).

O objetivo principal da Administração da Prefeitura é o de prestar serviços à sociedade, sobretudo com aplicações em programas e políticas voltadas para educação, saúde, urbanização, cultura, assistência social, habitação, transporte, gestão ambiental e outras inseridas na sua competência constitucional.

De acordo com esse objetivo, os ativos (direitos e créditos), obrigações, receitas e despesas apresentadas nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público refletem essa missão institucional, devendo ser interpretadas e entendidas a luz desse objetivo.

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas e regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 10ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023 (que aprova a parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários), pela Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023 (que aprova a Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos: Capítulo 4 – Regime Próprio de Previdência Social) e pela Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 (que aprova as Partes Geral, II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas), nas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's) emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e nas disposições legais complementares vigentes.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2024, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis e todos os saldos das notas explicativas estão apresentados em reais, que é a moeda atual e oficial da República Federativa do Brasil.

O Balanço Orçamentário apresenta, no quadro principal, a execução orçamentária no exercício, comparando a previsão da receita orçamentária com sua realização, bem como demonstra e compara a fixação da despesa orçamentária com o seu montante empenhado, liquidado e pago.

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e desembolsos financeiros, segregando os valores orçamentários e não orçamentários. Como a despesa orçamentária é considerada pelo seu valor total empenhado, o montante não pago até o final do exercício referente aos restos a pagar, além das consignações e retenções, são considerados na coluna de Ingressos extraorçamentários. Da mesma forma, os valores pagos no exercício referentes aos Restos a Pagar, além das retenções e consignações, são demonstrados na coluna de dispêndios como pagamentos extraorçamentários por não pertencerem ao orçamento do exercício e não estarem incluídos no montante da despesa orçamentária.

O quadro principal do Balanço Patrimonial apresenta os saldos dos bens e créditos por ordem de liquidez, subdivididos em Ativo Circulante e Não Circulante, as obrigações com terceiros por ordem de exigibilidade, em Passivo Circulante e Não Circulante e os valores que formam o Patrimônio Líquido.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto, e deve evidenciar as alterações de caixas e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos fluxos das atividades operacionais, investimentos e financiamentos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas informações incluídas no Sistema Integrado de Administração Financeira, Orçamentária e Contábil (SIAFIC Carioca), relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas pelos órgãos, sendo de responsabilidade dos gestores as operações realizadas e registradas.

Em 2024, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Decreto Federal nº 10.540/2020, que instituiu padrão mínimo de qualidade para o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle de todos os entes federativos, o Município do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Rio nº 53.891/2024, implantou o SIAFIC Carioca em todos os órgãos da administração direta e indireta, que substituiu os sistemas que tratavam do planejamento orçamentário (ORCAMENTO), da execução orçamentária e contabilidade (FINCON) e da execução financeira (FINANC).

3 – Principais Práticas Contábeis Adotadas

Na elaboração das demonstrações contábeis, as principais práticas contábeis realizadas para registro e reconhecimento de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas foram as seguintes:

3.1 – Receitas

Pelo enfoque patrimonial, foi utilizado como critério para o reconhecimento da receita o impacto da situação líquida patrimonial, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade.

Pelo enfoque orçamentário, o critério de escrituração e registro das receitas ou ingressos, obedeceu ao art. 35, I, da Lei nº. 4.320/64, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, no momento do ingresso efetivo em caixa.

3.2 – Despesas

Pelo enfoque patrimonial, as despesas refletidas nas demonstrações foram registradas com base, exclusivamente, em fatos geradores econômicos e patrimoniais ocorridos no exercício, independentemente de correspondentes e efetivos pagamentos, podendo os valores serem ou não oriundos da execução orçamentária.

Pelo enfoque orçamentário, de acordo com o art. 35, II, da Lei 4.320/64, a despesa foi reconhecida pelos valores empenhados no exercício.

3.3– Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos como não processados, integram o passivo financeiro, quando liquidados e não pagos em exercício posterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar não processados liquidados.

Os restos a pagar processados inscritos, que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício, permanecem registrados no passivo financeiro.

3.4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Essa conta considera os numerários existentes em contas correntes e aplicações financeiras, incluindo os fundos especiais, e outras contas relativas a recursos com destinação específica, tais como convênios, projetos e outros. As aplicações financeiras em Fundos de Investimentos e Poupanças estão registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

As aplicações financeiras em demais investimentos, inclusive fundos com liquidez imediata, são mensurados pelo valor original, atualizados até a data data-base do encerramento das demonstrações contábeis, sendo as atualizações apuradas e registradas em contas de resultado ou patrimonial.

Os registros dos recebimentos de recursos financeiros são efetuados individualmente nas contas bancárias, segregados em recursos vinculados e não vinculados.

3.5 – Créditos a Curto Prazo

Os valores a receber são registrados com base nas informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e demais órgãos.

3.6– Estoques

Os bens de almoxarifado/estoque são mensurados pelo custo médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução Conjunta CGM/SMA nº 55/2010, que dispõe sobre normas para movimentação, registro e controle dos materiais existentes em almoxarifado.

3.7– Investimentos

As participações em empresas sobre as quais o Município tem influência significativa na administração são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas pelo custo de aquisição, sendo os ajustes apurados e contabilizados em contas de resultado.

3.8– Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou custo de produção ou de construção, conforme disposto no inciso II, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e na Resolução CGM nº 1.642/2020, que dispõe sobre normas para registro contábil, o controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes, sendo atualizados por ajustes de depreciação e reavaliação.

3.9– Intangível

O reconhecimento inicial dos ativos intangíveis é efetuado pelo valor de aquisição ou de desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a sua finalidade, seguindo no que couber o disposto na Resolução CGM nº 1.642/2020, que dispõe sobre normas para o registro contábil, o controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes, sendo atualizados por ajustes de amortização.

3.10–Reconhecimento de Passivos

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, são reconhecidas no Passivo, em observância ao regime de competência.

As provisões são registradas pelos valores estimados, informados pela Procuradoria Geral do Município, de acordo com os riscos potenciais de desembolso com perdas prováveis nas ações trabalhistas e/ou cíveis e/ou fiscais, reconhecidas até o encerramento do exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4 –Notas às Demonstrações Contábeis

4.1 – Balanço Orçamentário

A dotação inicial prevista na Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 32.317.099.913,00 e, após as movimentações de suplementação/cancelamento de créditos orçamentários, a dotação atualizada em 31/12/2024 foi de R\$ 35.346.987.092,98.

Dotação Inicial	Créditos Suplementares Abertos	Cancelamentos	Dotação Atualizada
R\$	R\$	R\$	R\$
32.317.099.913,00	18.683.785.787,91	15.653.898.607,93	35.346.987.092,98

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 4.628.837.399,04, representado pela diferença entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.

Detalhamento da Execução da Receita e Despesa por Vínculo de Recursos

Identificação dos Recursos	Receita Arrecadada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Resultado Orçamentário
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Recursos Não Vinculados	23.622.486.468,51	19.797.020.534,11	19.428.263.979,14	19.011.842.435,77	3.825.465.934,40
Recursos Vinculados	13.730.657.985,54	12.927.286.520,90	12.662.549.420,82	12.154.966.151,06	803.371.464,64
Total	37.353.144.454,05	32.724.307.055,01	32.090.813.399,96	31.166.808.586,83	4.628.837.399,04

Foram abertos créditos orçamentários com base no superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 1.307.982.334,90. Deste valor, foram empenhadas despesas no montante de R\$ 1.056.669.824,15.

4.2 – Balanço Financeiro

O resultado evidenciado no Balanço Financeiro foi negativo no valor de R\$1.484.754.806,87, correspondente à variação das disponibilidades no final do exercício de 2024, no valor de R\$4.233.673.052,03 e no início do exercício no valor de R\$ 5.718.858,90. A seguir apresentamos a composição do resultado:

Detalhamento	R\$
Receita orçamentária	37.353.144.454,05
Transferências Financeiras Recebidas	43.027.612.729,41
Outras Movimentações Financeiras Recebidas	2.102.021,34
Recebimentos Extraorçamentários	5.299.537.106,87
(-) Despesa Orçamentária	(32.724.307.055,01)
(-) Transferências Financeiras Concedidas	(48.360.528.164,83)
(-) Outras Movimentações Financeiras Concedidas	(232.680,27)
(-) Pagamentos Extraorçamentários	(6.082.083.218,43)
Resultado	(1.484.754.806,87)

A conta “Transferências Financeiras Concedidas” representa os repasses às Unidades Gestoras da Administração Direta e às Entidades da Administração Indireta efetuados para atender despesas orçamentárias com recursos do Tesouro Municipal.

Os recebimentos e pagamentos extraorçamentários são compostos pelas movimentações de restos a pagar, depósitos e outras operações.

4.2.1–Recebimentos extraorçamentários – Restos a Pagar

Os valores inscritos em Restos a Pagar, que representam despesas empenhadas e não liquidadas e despesas liquidadas e não pagas até 31/12/2024, são demonstrados na coluna de ingressos como recebimentos extraorçamentários para fins de compensação da parcela não paga da despesa orçamentária empenhada demonstrada na coluna de dispêndios. Os valores estão representados por:

Detalhamento	Não Processados	Processados	Total
	R\$	R\$	R\$
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	40.442.594,61	631.276.685,53	671.719.280,14
Materiais, Serviços e Outros	449.707.267,25	223.166.521,61	672.873.788,86
Investimentos	107.245.729,51	53.756.595,15	161.002.324,66
Inversões Financeiras	-	9.588.667,58	9.588.667,58
Obrigações Tributárias	36.098.063,68	6.216.343,26	42.314.406,94
Total	633.493.655,05	924.004.813,13	1.557.498.468,18

4.2.2 – Pagamentos extraorçamentários – Restos a Pagar

Os valores relativos aos restos a pagar de exercícios anteriores pagos no exercício de 2024 referem-se a:

Detalhamento	Não Processados	Processados	Total
	R\$	R\$	R\$
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	30.245.263,19	619.659.312,51	649.904.575,70
Materiais, Serviços e Outros	557.072.821,34	371.451.236,78	928.524.058,12
Investimentos	310.814.057,27	432.286.971,70	743.101.028,97
Inversões Financeiras	46.971.862,27	-	46.971.862,27
Obrigações Tributárias	28.989.907,77	525.828,48	29.515.736,25
Total	974.093.911,84	1.423.923.349,47	2.398.017.261,31

4.3– Balanço Patrimonial

4.3.1– Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de numerários em Caixa e Equivalentes de Caixa estão demonstrados da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Poder Executivo		
Bancos e Aplicações Financeiras	3.011.552.427,57	4.574.259.188,41
Rede Bancária	12.886.150,03	12.627.980,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.003.488.454,15	952.047.812,54
Total Poder Executivo	4.027.927.031,75	5.538.934.981,16
Poder Legislativo		
CMRJ		
Bancos e Aplicações Financeiras	54.920.057,62	47.503.741,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	111.246,35	-
FECMRJ		
Bancos e Aplicações Financeiras	139.520.488,14	114.931.266,11
TCMRio		
Bancos e Aplicações Financeiras	11.194.228,17	17.057.870,35
Total Poder Legislativo	205.746.020,28	179.492.877,74
Total	4.233.673.052,03	5.718.427.858,90

4.3.2—Créditos a Curto Prazo

Os saldos registrados nessa conta referem-se aos créditos de competência até 31/12/2024, com expectativa de recebimento até 31/12/2025, e estão compostos de acordo com o detalhamento apresentado a seguir:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Créditos Tributários a Receber	4.119.779.361,15	4.751.741.349,46
Créditos Tributários a Receber - Parcelados	139.747.393,02	147.830.299,95
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	358.350.949,32	339.251.162,55
Créditos de Transferências a Receber	1.265.974.969,68	-
Devedores por Empréstimos Concedidos	147.970.872,40	127.970.872,40
Total	6.031.823.545,57	5.366.793.684,36

Os créditos tributários a receber referem-se aos seguintes tributos:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
IPTU	1.829.252.693,95	1.828.860.602,01
ISS	2.231.989.922,25	2.881.498.608,65
ITBI	17.733.531,76	1.105.169,84
COSIP	40.803.213,19	40.276.968,96
Total	4.119.779.361,15	4.751.741.349,46

Os créditos tributários a receber parcelados referem-se aos seguintes tributos:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
IPTU	16.087.252,92	12.118.365,52
ISS	121.968.434,86	135.711.934,43
ITBI	1.691.705,24	-
Total	139.747.393,02	147.830.299,95

O ISS parcelado foi detalhado pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Demais credores	120.160.267,96	128.263.797,28
Intragovernamentais	23.680,90	248.508,12
Programa de Pagamento Incentivado	-	532,12
Programa de Pagamento Incentivado	-	288.350,40
Franquias Lei 7706/22	15.709,17	-
Concilia 2019	1.962,14	335.246,42
Concilia 2020	1.766.814,69	6.575.500,09
Total	121.968.434,86	135.711.934,43

Os créditos inscritos em dívida ativa referem-se às seguintes receitas:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Tributária		
IPTU	272.937.931,56	246.113.195,50
ISS	69.372.473,10	78.235.472,58
Taxas	1.251.803,37	2.287.814,22
IVC	-	840,34
ITBI	1.919.062,21	1.538.966,24
Subtotal	345.481.270,24	328.176.288,88
Não Tributária		
Multas	8.086.501,70	7.031.360,16
Demais Créditos	4.783.177,38	4.043.513,51
Subtotal	12.869.679,08	11.074.873,67
Total	358.350.949,32	339.251.162,55

4.3.3 – Demais Créditos a Curto Prazo

Os saldos registrados nessa conta referem-se aos demais créditos de competência até 31/12/2024, com expectativa de recebimento até 31/12/2025, e estão compostos de acordo com o detalhamento apresentado a seguir:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Adiantamentos Concedidos	3.465.507,22	3.454.608,96
Tributos a Recuperar/Compensar	4.662.777,98	793.570,41
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	40.492.586,60	957.125.973,43
Créditos por Danos ao Patrimônio	12.057.517,24	64.190.671,28
Depósitos Judiciais Prestados	-	23.640,00
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	179.944.770,77	153.754.509,24
Créditos Administrativos - Autos de Infração	678.702.288,79	646.398.948,17
Créditos Administrativos - Multas de Trânsito	1.369.948.507,78	1.369.948.507,78
Créditos a Receber Decorrentes da Alienação de Bens Móveis e Imóveis	16.059.404,69	-
Créditos a Receber por Cessão Não Onerosa do Tipo Condição	211.664.600,00	211.664.599,99
Créditos com Instituições da Administração Indireta - PCRJ	242.171.584,82	208.478.020,03
Créditos por Transferências Voluntárias a Receber da União - FNS	-	337.522.569,26
Créditos Imobiliários e de Convênios - Estado do RJ	82.124.735,20	142.124.735,20
Créditos com Cessão de Pessoal a Outros Entes da Federação	391.991.829,54	17.391.085,12
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	34.666.230,49	23.289.136,28
Créditos Diversos	11.194.686,98	9.687.523,74
Total	3.279.147.028,10	4.145.848.098,89

Os valores do grupo Créditos por Transferências Voluntárias a Receber da União - FNS, foram reclassificados para o grupo Créditos a Receber por Cessão de Pessoal em 2024.

4.3.4 – Estoques

Compreende os valores dos materiais adquiridos com objetivo de utilização. No Poder Executivo, representam os valores dos materiais controlados através do Sistema de Informações Gerenciais de Materiais (SIGMA).

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Material de Consumo - Poder Executivo	385.262.265,14	382.974.639,33
Material de Consumo - CMRJ	1.567.057,96	1.200.467,79
Material de Consumo - TCMRio	216.038,28	241.796,37
Total	387.045.361,38	384.416.903,49

4.3.5 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço aos órgãos ocorrerão em 2025.

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Prêmios de Seguros a Apropriar - TCMRio	46.944,33	-
Prêmios de Seguros a Apropriar - CMRJ	253.536,32	-
Assinaturas e Anuidades a Apropriar - TCMRio	32.765,01	-
Total	333.245,66	-

4.3.6 – Realizável a Longo Prazo

O valor apresentado nesta conta refere-se a créditos com expectativa de recebimento após o término do exercício seguinte (31/12/2025) e está composto de acordo com o detalhamento apresentado a seguir:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Créditos Tributários a Receber - Parcelados	402.444.019,40	456.796.711,49
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	68.361.734.053,73	66.318.045.901,61
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13.066.724,78	13.066.724,78
Demais Créditos a Longo Prazo	2.049.957.546,60	1.477.803.271,88
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(38.641.100.853,40)	(35.119.390.782,37)
Total	32.186.101.491,11	33.146.321.827,39

Os créditos tributários a receber parcelados referem-se aos seguintes tributos:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
IPTU	29.784.568,47	25.567.138,24
ISS	371.831.297,43	430.742.140,93
ITBI	828.153,50	487.432,32
Total	402.444.019,40	456.796.711,49

Já os créditos inscritos em dívida ativa referem-se às seguintes receitas:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Tributária		
IPTU	27.345.413.046,49	27.883.773.351,40
ISS	34.050.315.854,16	31.118.913.090,53
Taxas	278.906.545,80	802.473.629,38
IVC	275.900.040,17	279.203.800,42
ITBI	1.869.954.237,82	1.700.979.281,04
Subtotal	63.820.489.724,44	61.785.343.152,77
Não Tributária		
Multas	2.377.153.410,36	2.632.676.487,21
Demais Créditos	2.164.090.918,93	1.900.026.261,63
Subtotal	4.541.244.329,29	4.532.702.748,84
Total	68.361.734.053,73	66.318.045.901,61
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(38.641.100.853,40)	(35.119.390.782,37)
Créditos da Dívida Ativa com Expectativa de Recebimento	29.720.633.200,33	31.198.655.119,24

Os Demais Créditos a Longo Prazo subdividem-se da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Tributos a Recuperar	292.684,10	-
Créditos a Receber por Descentralização de Serviços Públicos	704.737.929,17	672.259.738,55
Créditos a Receber por Cessão Não Onerosa	1.344.926.933,33	805.543.533,33
Total	2.049.957.546,60	1.477.803.271,88

Os créditos a receber por descentralização de serviços públicos referem-se às parcelas das outorgas fixas das concessões de saneamento dos blocos 2 (R\$ 548.578.417,56) e 3 (R\$ 156.159.511,61), atualizadas mensalmente pelo IPCA.

Os créditos a receber da cessão não onerosa é do tipo condição e relaciona-se aos veículos Bus Rapid Transit (BRT) cedidos à Companhia Municipal de Transportes Coletivos (C.M.T.C. Rio – MOBI-Rio).

4.3.7 – Investimentos

Os investimentos permanentes do Município do Rio de Janeiro se concentram nas participações societárias majoritárias nas empresas constituídas e mantidas pelo Poder Executivo, que atuam na descentralização administrativa em áreas diversas da Administração Municipal, além de ações de companhias do setor de telecomunicações e de companhias pertencentes à Administração do Estado do Rio de Janeiro.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Distribuidora de Filmes S/A - RIOFILME	22.762.505,46	16.327.344,30
Empresa Municipal de Artes Gráficas	14.959.176,85	12.998.842,56
Empresa Municipal de Informática S/A - IPLAN RIO	869.483,71	-
Agência de Fomento do Município AS	436.702,24	923.625,73
Multirio Empresa Municipal de Multimeios Ltda	4.744.623,82	5.799.243,27
Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial	43.772.492,08	36.049.055,86
Empresas Setor de Telecomunicações	284.687,52	276.673,95
(-) Ajuste de Perdas em Avaliação de Investimentos	(29.284,74)	(29.284,74)
Companhia de Transporte sobre Trilhos do Estado do RJ - RIOTRILHOS	70.920.334,18	70.920.334,18
METRÔ - Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro	15.020.258,37	15.020.258,37
Outras participações	80.353,55	80.353,55
Participações Avaliadas pelo Método do Custo	86.276.348,88	86.268.335,31
Total	130.048.840,96	122.317.391,17

As empresas que no exercício atual estão com Patrimônio Líquido negativo estão relacionadas a seguir:

Empresas com Patrimônio Líquido Negativo

Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB
RIOTUR – Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A
RIOCENTRO S/A - Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro
Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ
Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET RIO
Empresa Municipal de Urbanização - RIO-URBE
Companhia Municipal de Conservação e Obras Públicas - RIOCOP
Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR
Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC Rio
Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE

4.3.8 – Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens móveis e imóveis destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, conforme tabelas a seguir:

Bens Móveis - Poder Executivo					
Detalhamento	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2024 R\$	Depreciação em 31/12/2024 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2024 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023 R\$
Equipamentos de Processamento de Dados	20	344.794.548,11	226.478.649,42	118.315.898,69	90.609.321,69
Veículos	20	18.656.514,26	17.729.035,61	927.478,65	917.176,36
Obras de Arte e Decoração	-	67.999.077,72	-	67.999.077,72	67.896.723,21
Mobiliário em Geral	10	1.225.527.806,27	757.898.619,09	467.629.187,18	497.546.522,09
Bens Móveis em Almoxarifado	-	25.999.451,19	-	25.999.451,19	5.845.553,82
Bens Móveis a Incorporar	-	28.839.000,00	-	28.839.000,00	391.592.000,00
Importações em Andamento	-	48.626.867,46	-	48.626.867,46	48.626.867,46
Subtotal		1.760.443.265,01	1.002.106.304,12	758.336.960,89	1.103.034.164,63
Bens Móveis - Poder Legislativo					
Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2024 R\$	Depreciação em 31/12/2024 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2024 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023 R\$
Equipamentos de Processamento de Dados	20	8.648.361,47	6.200.625,73	2.447.735,74	2.896.295,16
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	20	2.351.303,26	1.053.721,55	1.297.581,71	1.193.264,03
Outros Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	20	172.536,43	-	172.536,43	58.052,69
Mobiliário em Geral	10	5.048.609,14	3.201.062,44	1.847.546,70	1.798.216,66
Veículos	10	4.224.049,69	995.685,19	3.228.364,50	1.842.578,39
Subtotal		20.444.859,99	11.451.094,91	8.993.765,08	7.788.406,93
Câmara Municipal do Rio de Janeiro	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2024 R\$	Depreciação em 31/12/2024 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2024 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023 R\$
Equipamentos de Processamento de Dados	20	27.093.974,07	12.653.882,29	14.440.091,78	11.797.161,83
Mobiliário em Geral	20	19.667.272,20	13.376.435,83	6.290.836,37	6.126.154,87
Veículos	20	1.048.934,79	759.306,40	289.628,39	187.428,33
Obras de Arte, Antiguidades, Objetos históricos e Artísticos	20	1.326.269,46	-	1.326.269,46	1.316.813,36
Subtotal		49.136.450,52	26.789.624,52	22.346.826,00	19.427.558,39
Total Bens Móveis		1.830.024.575,52	1.040.347.023,55	789.677.551,97	1.130.250.129,95
Bens Imóveis - Poder Executivo					
Detalhamento	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2024 R\$	Depreciação em 31/12/2024 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2024 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023 R\$
Bens de Uso Especial					
Terrenos	-	965.025.380,36	-	965.025.380,36	965.978.780,36
Edificações	2	174.358.473,50	39.536.705,96	134.821.767,54	135.092.001,32
Imóveis de Uso Educacional	2	726.634.529,65	68.239.504,74	658.395.024,91	681.519.271,40
Fazendas, Parques e Reservas	-	566.874.039,64	-	566.874.039,64	566.874.039,64
Hospitais e Unidades de Saúde	2	169.397.882,00	16.453.170,44	152.944.711,56	153.630.260,28
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	2	768.360.373,45	171.877.995,78	596.482.377,67	633.444.552,23
Bens Dominicais					
Bens de Uso Comum do Povo	-	377.019.264,01	57.355.686,78	319.663.577,23	303.416.587,13
Bens Imóveis em Andamento	-	1.345.236.513,04	-	1.345.236.513,04	1.321.700.174,76
Bens Imóveis a Classificar	-	8.793.374.050,45	-	8.793.374.050,45	7.316.241.269,03
Subtotal		290.688.237,84	-	290.688.237,84	260.041.527,40
Subtotal		14.176.968.743,94	353.463.063,70	13.823.505.680,24	12.337.938.463,55
Bens Imóveis - Poder Legislativo					
Detalhamento	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2024 R\$	Depreciação em 31/12/2024 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2024 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023 R\$
Bens Imóveis - Poder Legislativo - CMRJ	-	252.394.070,15	-	252.394.070,15	476.263.339,17
Bens Imóveis - Poder Legislativo - TCMRio	-	104.424.142,38	-	104.424.142,38	9.516.526,18
Subtotal		356.818.212,53	-	356.818.212,53	485.779.865,35
Total Bens Imóveis		14.533.786.956,47	353.463.063,70	14.180.323.892,77	12.823.718.328,90
Total Imobilizado		16.363.811.531,99	1.393.810.087,25	14.970.001.444,74	13.953.968.458,85

4.3.9 – Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, sendo apresentados da seguinte forma:

Intangível - Poder Executivo

Detalhamento	Taxa Anual de Depreciação	Custo de Aquisição em 31/12/2024	Depreciação em 31/12/2024	Valor Líquido Contábil em 31/12/2024	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023
	%	R\$	R\$	R\$	R\$
Sistemas Aplicativos - Softwares	20	44.021.399,55	42.788.971,60	1.232.427,95	2.423.491,15
Subtotal		44.021.399,55	42.788.971,60	1.232.427,95	2.423.491,15

Intangível - Poder Legislativo

Detalhamento	Taxa Anual de Depreciação	Custo de Aquisição em 31/12/2024	Depreciação em 31/12/2024	Valor Líquido Contábil em 31/12/2024	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023
	%	R\$	R\$	R\$	R\$
Intangível - Poder Legislativo - TCMRio	-	247,38	-	247,38	2.976,00
Intangível - Poder Legislativo - CMRJ	-	2.895.860,00	260.628,96	2.635.231,04	2.895.860,00
Subtotal		2.896.107,38	-	2.635.478,42	2.898.836,00
Total Intangível		46.917.506,93	42.788.971,60	3.867.906,37	5.322.327,15

4.3.10– Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Estão registrados nesse grupo de contas dos Passivos Circulante e Não Circulante, as obrigações incorridas e não pagas referentes a salários de pessoal ativo, contribuições patronal e suplementar ao Fundo de Previdência, Precatórios relativos à pessoal, benefícios assistenciais e outros, decorrentes ou não da execução orçamentária. Em Contribuição Previdenciária - Débito Parcelado, está registrado o parcelamento junto à Receita Federal do Brasil, objeto do e-Processo nº 10348.723081/2023-47 (NFLD nº 35.108.752-4, nº 35.463.822-0 e nº 35.463.823-8), com pagamento em 60 (sessenta) meses, a partir de março/2023. No Longo Prazo, também está registrado o valor de R\$ 83.424.850,57, referente a Precatórios de Pessoal conhecidos após 1º de julho de 2024.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento - Poder Executivo	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Pessoal a Pagar	1.189.719.318,76	1.353.291.571,16	-	-
Precatórios de Pessoal	141.215.682,55	90.496.399,30	83.424.850,57	43.199.869,43
Benefícios Previdenciários a Pagar	442.182,44	-	-	-
Benefícios Assistenciais a Pagar	913.077,58	-	-	-
Encargos Sociais a Pagar	5.000.901,64	24.701.576,00	-	-
Contribuição Previdenciária - Débito Parcelado	1.212.426,36	1.212.426,36	2.626.923,79	3.839.350,15
Subtotal	1.338.503.589,33	1.469.701.972,82	86.051.774,36	47.039.219,58

Detalhamento - Poder Legislativo	Curto Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Longo Prazo
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Pessoal a Pagar - CMRJ	1.109.831,61	19.018.231,82	-	-
Pessoal a Pagar - TCMRio	809.260,43	12.288.299,19	-	-
Subtotal	1.919.092,04	31.306.531,01	-	-
Total	1.340.422.681,37	1.501.008.503,83	86.051.774,36	47.039.219,58

4.3.11– Empréstimos e Financiamentos

Referem-se aos valores exigíveis a curto e longo prazo, registrados no passivo circulante e não circulante da Dívida Fundada Interna e Externa. Os valores estão atualizados pela variação monetária e

cambial respectivamente até a posição de 31 de dezembro de 2024, nos termos do inciso I do Art. 106 da Lei Federal 4.320/1964, respeitando os conceitos do artigo 29 da Lei Complementar nº 101/2000.

No quadro a seguir, foram consolidados os saldos dos contratos compostos pelo valor principal atualizado, acrescido dos encargos, assim como os encargos a apropriar, no caso das dívidas pré-fixadas, nas posições dos exercícios atual e anterior.

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Internos	1.256.212.904,31	1.104.251.689,38	7.486.309.387,72	6.669.975.928,01
CEF	305.674.004,26	226.917.257,79	3.181.590.565,84	2.782.695.440,39
Banco do Brasil	183.215.333,34	83.538.074,08	1.825.771.777,78	1.044.225.925,92
BNDES	639.141.003,83	703.131.154,48	2.093.414.979,60	2.387.121.132,07
STN	100.611.210,67	90.665.203,03	385.532.064,50	455.933.429,63
Juros e Encargos	27.571.352,21	-	-	-
Externos	751.092.808,87	579.452.844,27	6.221.251.859,18	4.556.316.126,93
BID	78.287.234,00	85.381.024,18	544.723.352,16	487.085.760,05
BIRD	365.685.994,20	248.452.256,88	5.676.528.507,02	4.069.230.366,88
Fornecedores	307.119.580,67	245.619.563,21	-	-
Total	2.007.305.713,18	1.683.704.533,65	13.707.561.246,90	11.226.292.054,94

4.3.12– Fornecedores e Contas a Pagar

Estão registradas nesse grupo as obrigações a pagar relativas a serviços prestados, materiais e bens entregues e precatórios judiciais de fornecedores, decorrentes ou não da execução orçamentária.

As obrigações incorridas e não inscritas em restos a pagar totalizam, em 31/12/2024, R\$131.098.724,96.

Também constanesse grupo o valor de R\$ 353.345.279,69 correspondente ao parcelamento dos restos a pagar inscritos até o exercício de 2020, estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Municipal nº 235/2021, regulamentada pelos Decretos Rio nº 49.831/2021 e nº 50.459/2022 e Resoluções Conjunta SMFP/PGM/CGM nº 18/2021, nº 22/2022, nº 23/2022, nº 27/2022, 29/2023 e 37/2024, bem como as obrigações inadimplidas enquadradas no parcelamento da LC nº 235/2021, conforme Nota Técnica Conjunta CGM/SMF/PGM nº 001/2025.

Os precatórios de fornecedores e contas a pagar no curto prazo representam os valores orçados para pagamento no exercício de 2025, que totalizam R\$ 335.189.731,27, e no longo prazo, representam os precatórios conhecidos após 1º de julho de 2024, que totalizam R\$ 215.888.551,33.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento - Poder Executivo	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Fornecedores não Parcelados a Pagar - Consolidação	397.434.565,99	2.296.006.583,02	-	-
Fornecedores Parcelados a Pagar - Consolidação	53.471.325,06	52.992.009,01	299.873.954,63	268.606.017,50
Renegociação de Dívidas com Fornecedores	63.933.565,33	63.933.565,33	-	-
Contas não Parceladas a Pagar - Consolidação	66.607,68	8.597.016,36	-	-
Precatórios de Fornecedores Nacionais - Regime Ordinário	335.189.731,27	293.392.478,60	215.888.551,33	94.501.565,94
Fornecedores Nacionais - Decisões Judic. - Exceto Precatórios	-	847.347,40	-	-
Contas a Pagar Nacionais - Decisões Judic. - Exceto Precatórios	1.340.660,60	25.868.732,10	-	-
Fornecedores não Parcelados a Pagar - Intra OFSS	18.369.648,73	135.938.353,29	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar não Parcelados - Inter OFSS - União	220.135,43	6.545.394,96	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar não Parcelados - Inter OFSS - Estado	6.997.541,14	68.512.880,94	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar não Parcelados - Inter OFSS - Município	16.534,86	-	-	-
Subtotal	877.040.316,09	2.952.634.361,01	515.762.505,96	363.107.583,44

Detalhamento - Poder Legislativo	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Fornecedores e Contas a Pagar não Parcelados - Consolidação - CMRJ	-	14.367.345,10	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar não Parcelados - Consolidação - TCMRJ	-	5.014.222,24	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar não Parcelados - Intra - CMRJ	-	108.910,72	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar não Parcelados - Intra - TCMRJ	-	18.999,50	-	-
Subtotal	-	19.509.477,56	-	-

Total	877.040.316,09	2.972.143.838,57	515.762.505,96	363.107.583,44
-------	----------------	------------------	----------------	----------------

4.3.13– Obrigações Fiscais

Compreende as obrigações relativas a impostos, taxas e contribuições, decorrentes ou não da execução orçamentária.

Em Tributos Renegociados - Multas, está registrados parcelamentos junto à Receita Federal do Brasil, objetos dos Processos nº 11.707.721.403.201.892, nº 11.707.721.394.201.830, nº 11.707.720.585.201.965 e nº 11.707.720.518.201.606, com pagamento em 60 (sessenta) meses, a partir de março/2023.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Obrigações Tributárias a Recolher	6.718.806,64	50.188.904,72	-	-
Tributos Renegociados - Multas	158.866,92	158.866,92	344.211,66	503.078,58
Total	6.877.673,56	50.347.771,64	344.211,66	503.078,58

4.3.14 – Transferências Fiscais a Curto Prazo

Neste grupo estão registrados os valores relativos às Transferências de Recursos para Execução Orçamentária a Pagar para as Entidades da Administração Indireta que executam com Fonte de Recursos do Tesouro, totalizando um montante de R\$ 149.143.353,32.

4.3.15– Provisões

No curto prazo, está registrada a provisão para pagamento dos valores relativos ao Acordo de Resultados do exercício de 2016, conforme Voto nº 047/2021 do TCMRJ, instruído no Processo Administrativo nº 13/000.446/2021, no montante de R\$ 19.138.579,37.

No longo prazo, as provisões cíveis referem-se às ações judiciais em curso e transitadas em julgado (ainda não inscritas em precatórios), que representam obrigações correntes provenientes de eventos já ocorridos, com provável desembolso de recursos, registrados com base nas informações prestadas pela

Procuradoria Geral do Município (PGM), no montante de R\$ 3.387.951.096,88, bem como as provisões registradas conforme procedimentos estabelecidos pela Nota Técnica Conjunta CGM/SMF/PGM nº 001/2025, no montante de R\$ 127.013.453,13.

Em outras provisões, está registrado o valor de R\$ 57.739.184.410,84, sendo R\$ 944.960.708,74, da dívida estimada com o Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro (FUNPREVI), em decorrência do artigo 5º da Lei nº 6.852/2021, o qual revogou o § 6º, do art. 33 da Lei nº 3.344/2001, que quitava todas as dívidas do Município e do PREVI-RIO com o FUNPREVI e vice-versa, e R\$ 56.794.223.702,10, referente à obrigação do Município em cobrir o déficit atuarial do FUNPREVI, conforme processos PVR-PRO-2025/01055 e PVR-PRO-2024/00816.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Provisão para Riscos Trabalhistas	19.138.579,37	19.138.579,37	-	-
Provisões Cíveis	-	-	3.514.964.550,01	2.255.852.210,10
Outras Provisões	-	-	57.739.184.410,84	944.960.708,74
Total	19.138.579,37	19.138.579,37	61.254.148.960,85	3.200.812.918,84

4.3.16– Demais Obrigações

No Passivo Circulante, com exigibilidade de curto prazo, estão registrados os valores de consignações, garantias, depósitos administrativos, depósitos judiciais relativos à Lei Complementar nº 151/2015 e retenções tributárias sobre obrigações trabalhistas e serviços faturados.

No Passivo Não Circulante, com exigibilidade de longo prazo, estão registrados os valores dos depósitos judiciais relativos à Lei Complementar nº 151/2015, e obrigações relativas às despesas da Operação Urbana Consorciada da região do Porto do Rio de Janeiro, exercícios de 2011 a 2015, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária da CDURP, arquivada na Junta Comercial do Estado do RJ, em 13/05/2016.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Consignações sobre Folha de Pagamento	170.092.830,70	23.841.066,14	-	-
Depósitos de Recursos Judiciais - LC 151/2015	770.778.307,34	726.990.748,63	1.696.311.746,80	1.696.311.746,80
Depósitos de Garantias Contratuais - Poder Executivo	72.701.027,42	72.303.228,71	-	-
Depósitos de Garantias Contratuais - Poder Legislativo	114.560,69	137.998,74	-	-
Depósitos Administrativos Tributários	88.694.474,72	86.683.550,38	206.953.774,33	202.261.617,56
Depósitos Administrativos Não Tributários	-	5.688.963,98	-	13.274.249,27
Outros Depósitos de Terceiros	12.297.992,25	12.292.323,67	-	-
Retenções Contratuais	621.010,69	2.237.827,74	-	-
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5.189.927,66	10.800.799,74	-	-
Imposto de Renda Retido na Fonte	75.308.032,17	11.065.456,32	-	-
Contribuição ao RGPS	26.323.947,12	17.742.018,67	-	-
Créditos Utilizados no Transporte Público	53.915.770,83	68.203.340,39	-	-
Valores a Repasses as Instituições da Administração Indireta	-	442.816.218,18	6.761.034,71	75.853.984,23
Depósitos e Receitas a Apropriar	259.515.482,14	244.614.741,90	-	-
Obrigações - Companhia do Porto - CDURP	-	-	20.452.276,13	79.784.276,13
Outros Valores Restituíveis	26.505.281,11	10.178.182,96	-	-
Outros Valores Restituíveis - Poder Legislativo	30.904.554,60	-	-	-
Total	1.592.963.199,44	1.735.596.466,15	1.930.478.831,97	2.067.485.873,99

4.3.17 – Resultado Diferido

Está registrado neste grupo o valor referente à receita diferida da folha de pagamento da Administração Direta conforme contrato SMFP nº 104.2022, firmado entre o MRJ e o Banco Santander, no montante de R\$ 97.377.955,53.

4.3.18– Patrimônio Líquido

O resultado patrimonial de 2024 foi um prejuízo de R\$61.145.667.756,68, sendo impactado, principalmente, pelo reconhecimento de R\$ 56.794.223.702,10, conforme mencionado no quadro 4.3.15.A soma dos Ajustes de Exercícios Anteriores por erro ou mudança de critério contábil totalizou um montante de R\$959.879.042,92,conforme apresentado no quadro a seguir:

Grupo Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2023	Detalhamento do Ajuste	Valor de exercício anterior ajustado em 31/12/2024
		Fato	R\$
Ativo Circulante	15.615.486.545,64		
		Ajustes por mudança de critério de repasse para os fundos especiais	(231.194.888,11)
		Demais ajustes relativos ao ativo circulante	(19.863.820,05)
			15.364.427.837,48
Ativo Não Circulante	47.227.930.004,56		
		Acréscimo ao patrimônio relativo a imóveis não inventariados	62.873.739,70
		Baixa por alienação de imóvel	(8.665.350,00)
			47.282.138.394,26
Passivo Circulante	(7.961.939.693,21)		
		Cancelamento de restos a pagar	737.143.268,64
		Ajustes por mudança de critério de repasse para os fundos especiais	323.121.231,56
		Demais ajustes relativos ao passivo circulante	27.371.911,66
			(6.874.303.281,35)
Passivo Não Circulante	(17.058.263.230,87)		
		Retificação de saldo dos repasses relativos à Administração Indireta	69.092.949,52
			(16.989.170.281,35)
Efeito Líquido			959.879.042,92

4.3.19 – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964. É elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 “Crédito Empenhado a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”.

O Saldo Patrimonial, evidenciado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, e o Patrimônio Líquido, evidenciado no quadro principal do Balanço Patrimonial, diferem devido à inclusão dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar no Passivo Financeiro. No quadro a seguir apresentamos a conciliação entre o Saldo Patrimonial e o Patrimônio Líquido.

Detalhamento	Poder Executivo	Poder Legislativo	Total
	R\$	R\$	R\$
Ativo Financeiro	4.027.927.031,75	205.746.020,28	4.233.673.052,03
Ativo Permanente	56.569.608.476,36	418.760.387,53	56.988.368.863,89
Total do Ativo	60.597.535.508,11	624.506.407,81	61.222.041.915,92
Passivo Financeiro	2.819.252.023,47	65.742.815,91	2.884.994.839,38
Passivo Permanente	81.264.410.559,01	502.865,55	81.264.913.424,56
Total do Passivo	84.083.662.582,48	66.245.681,46	84.149.908.263,94
Saldo Patrimonial	(23.486.127.074,37)	558.260.726,35	(22.927.866.348,02)
RPN a Liquidar Inscrição no Exercício	533.211.740,11	31.049.003,79	564.260.743,90
RPN a Liquidar Exercícios Anteriores	0,50	1.030.515,98	1.030.516,48
Patrimônio Líquido	(22.952.915.333,76)	590.340.246,12	(22.362.575.087,64)

4.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do exercício, obtido por meio da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas, no valor de R\$ 111.502.060.222,24, e as variações patrimoniais diminutivas, no valor de R\$ 172.647.727.978,92, foi negativo em R\$ 61.145.667.756,68.

4.5 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido variou negativamente em R\$ 60.185.788.713,76 ao final do exercício de 2024. Essa variação decorre de ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 959.879.042,92 detalhado no item 4.3.18, e do resultado do exercício negativo em R\$ 61.145.667.756,68, mencionado no item 4.4.

O detalhamento do resultado acumulado apresenta-se da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Resultado do Exercício	(61.145.667.756,68)	3.840.574.024,62
Resultado de Exercícios Anteriores	37.823.213.626,12	34.950.075.557,61
Ajustes de Exercícios Anteriores	959.879.042,92	(967.435.956,11)
Total	(22.362.575.087,64)	37.823.213.626,12

4.6 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa na Administração Direta foi negativa no valor de R\$ 1.484.754.806,87, representando um decréscimo de 46,46%, se comparado ao ano de 2023, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Detalhamento	R\$
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (a)	5.718.427.858,90
Caixa e Equivalente de Caixa Final (b)	4.233.673.052,03
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (a-b)	(1.484.754.806,87)

Descrição das atividades dos Fluxos de Caixa	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
	R\$	R\$	
Operacional			
Ingressos	81.420.502.498,33	32.263.839.922,85	152,36%
(-) Desembolsos	(80.599.604.132,44)	(30.460.282.659,00)	164,61%
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	820.898.365,89	1.803.557.263,85	-54,48%
Investimento			
Ingressos	28.746.271,11	67.583.983,38	-57,47%
(-) Desembolsos	(3.527.202.624,55)	(3.620.619.409,20)	-2,58%
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	(3.498.456.353,44)	(3.553.035.425,82)	-1,54%
Financiamento			
Ingressos	2.675.649.074,05	2.054.352.741,04	30,24%
(-) Desembolsos	(1.482.845.893,37)	(1.295.863.526,67)	14,43%
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	1.192.803.180,68	758.489.214,37	57,26%
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)	(1.484.754.806,87)	(990.988.947,60)	49,83%

5 – Informações Complementares

5.1– Ativos e Passivos Contingentes

Os Ativos Contingentes surgem da possibilidade de ingressos de recursos sob a forma de benefícios ou potencial prestação de serviços, e devem ser reconhecidos em contas de controle quando a entrada desse recurso for considerada provável, de acordo com a NBCT SP nº 03, de 21/10/2016, do Conselho Federal de Contabilidade.

O Município do Rio de Janeiro postula na justiça ações de cobrança contra terceiros que possuem perspectivas de êxito provável, conforme informações da Procuradoria Geral do Município, totalizaram R\$ 3.827.115,29 e R\$ 760.821.666,79, respectivamente em 31/12/2024 e 31/12/2023.

Os passivos contingentes, ou seja, para os quais haja possibilidade de desembolsos futuros, não são reconhecidos em contas patrimoniais, em conformidade com a NBC TSP03 do CFC, totalizaram R\$ 12.861.436.586,93 e R\$ 33.479.664.896,93, respectivamente em 31/12/2024 e 31/12/2023.

5.2 – Desvinculação de Receita Municipal - DREM

Os Decretos Rio nº 55.425, de 11 de Dezembro de 2024 e nº 55.575 de 26 de Dezembro de 2024, bem como a Deliberação CPFGEF Nº 970 de 27 de Dezembro, promoveram a desvinculação de receitas correntes, em conformidade com o disposto no artigo 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, e Decreto Rio nº 42.618, de 06 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 200.795.857,00, conforme quadro a seguir:

Detalhamento	R\$
Transferência da União referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural - FR 704	15.250.739,20
Transferência dos Estados referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural - FR 705	9.158.672,80
Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - FR 751	6.566.533,00
Recursos Vinculados ao Trânsito - FR 752	47.015.773,00
Recursos Vinculados a Fundos - FR 759	11.854.036,00
Outros Recursos Vinculados - FR 899	110.950.103,00
Total	200.795.857,00